

# CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.  
E se mais mundo houvera, lá chegara.  
CAMÕES, e, VII e 14.

**Diretor-Geral**  
Paulo Cabral de Araújo

**Diretor-Superintendente**  
Edilson Cid Varela

**Diretor-Responsável**  
Ari Cunha

**Editor-Geral**  
Ronaldo Martins Junqueira

**Gerente-Geral**  
Alberto de Sá Filho

**Gerente Financeiro**  
Evaristo de Oliveira

**Gerente Técnico**  
Ari Lopes Cunha

**Gerente Comercial**  
Maurício Dinepi

## Aliança emergencial

É preciso que o Governo e a opinião pública tenham na devida conta os justos e oportunos movimentos que acabam de nascer no seio das classes empresariais e da Assembléia Nacional Constituinte. Em ação não coordenada, mas de inspiração semelhante, a recém-fundada "União Brasileira de Empresários" e o chamado "Centro Democrático", este de iniciativa de parlamentares, convergem num único objetivo maior, que é o de assegurar a plena vigência dos direitos e das liberdades fundamentais que caracterizam o regime democrático representativo.

Empresários e políticos, em seus respectivos terrenos de atuação, nada mais pedem e reclamam a não ser o respeito efetivo ao direito de propriedade, à liberdade de iniciativa econômica e ao condicionamento do Estado ao seu verdadeiro e insubstituível papel que não pode, nunca, ser o de substituto da atividade particular.

É fácil constatar que não se conseguiria uma aliança dessa envergadura entre empresários de porte e de respeito nacional, de grandes conglomerados industriais e de constituintes zelosos de sua competência e responsabilidades, não houvesse razão mais forte, como o compromisso da própria sobrevivência, a unir setores aparentemente tão independentes e desligados entre si. A junção dessas áreas empresariais diferenciadas — Autolatina, UBE — com parlamentares unidos no Centro Democrático, para lutar contra pressões oficiais do poder central e mesmo de setores da Constituinte, em defesa da livre iniciativa, é um movimento que delta raízes na própria salvação da iniciativa privada e dos direitos e garantias mínimas do empresariado, frente ao furor estatizante e socializante que, infelizmente, surge na contramão da História, quando nações de economia centralizada, como a URSS e a China — as duas maiores do mundo — buscam justamente o contrário, a descentralização, a democratização, a transparência.

Exigem os empresários brasileiros que o Governo se limite ao seu papel imprescindível e que ofereça clara sinalização — clara e correta — da economia. E que desista de teleguiar e amordaçar a livre iniciativa, a verdadeira mola propulsora do desenvolvimento econômico e da paz social. Se é verdade que o governo Sarney, até pela palavra de seu Presidente e de al-

guns de seus ministros — como o da Indústria e do Comércio e o do Planejamento, pelo Programa de Ação Governamental —, tem reiterado o apoio ao papel líder da livre empresa, na prática, porém, outra tem sido a realidade dos fatos.

Inexiste uma ação coerente e solidária do Governo, como um todo, nessa direção. Cede-se facilmente à pressão organizada e orquestrada de minorias barulhentas, que não representam os verdadeiros interesses da esmagadora maioria das classes trabalhadoras. E infelizmente encontram eco na Assembléia Nacional Constituinte para suas posições xenófobas e reacionárias, impeditivas do desenvolvimento e altamente prejudiciais aos interesses maiores da Nação. Contra isso, aliás, foi que nasceu o Centro Democrático — para deter a maré estatizante e somar sua ação com as forças majoritárias da sociedade brasileira que não delegaram competência a ninguém para atingir, de maneira funda e até irreversível, a ordem econômica e social vigente no País.

A indecisão do Governo em agir claramente em favor do regime de economia de mercado, somada às iniciativas demagógicas e ruinosas promovidas por setores da Constituinte, forjou a união do empresariado, felizmente respaldado no seio da Assembléia Nacional por lideranças influentes e comprometidas com a consolidação do regime democrático e não com a sua substituição por um socialismo cartorial, obsoleto, retrógrado e sufocador das liberdades e do progresso material e cultural do Brasil.

Essa aliança tática, representativa do pensamento majoritário da Nação, é realizada à luz do dia e sem objetivos outros que não sejam a garantia da forma de viver e de progredir dos brasileiros. Não há intenções golpistas nem conspiratórias, como já assinalaram oportunamente seus principais dirigentes. E ainda que seja um encontro circunstancial, essa aliança de empresários e de constituintes, para não perder sua grandeza, deve sempre se pautar pelo estrito respeito às regras da democracia representativa, na qual a liberdade de iniciativa econômica fornece o lastro sobre o qual se desenvolvem e se ampliam todas as demais liberdades inerentes aos cidadãos de uma sociedade livre.